

NARRATIVAS SOBRE OS PENÚLTIMOS PRATICANTES DO PELOURINHO

Carolino Marcelo de Sousa Brito¹

RESUMO

Propomos nesse artigo apresentar duas narrativas sobre os praticantes do centro histórico de Salvador entre as décadas de 1965 e 1985, período do Regime Militar no Brasil. A primeira consiste na narrativa de jornais conservadores da Bahia entre os anos de 1965 e 1989 sobre o Pelourinho, evidenciando que em duas décadas os referidos enunciados homogeneizou a imagem do morador do bairro como prostitutas, homossexuais, usuários de drogas, traficantes e vagabundos. Em suma, estes grupos eram intrusos que viviam em meio ao patrimônio cultural nacional, e portanto, um empecilho para as pretensões políticas do Governo da Bahia em transformar o centro antigo de Salvador à cidade histórica mais visitada da América do Sul. Em um segundo momento analisaremos o olhar do cineasta Miguel Rio Branco sobre o Pelourinho no documentário “Nada levarei quando morrer *aqueles* que me *devem cobrarei no inferno*” produzindo em 1981, no entremeio do discurso proferido pelos jornais sobre o Pelourinho. Deste modo, intentaremos compreender as similaridades e diferenças desta narrativa frente ao discurso político, institucional e dos jornais conservadores da Bahia.

Palavras chave: Pelourinho, patrimônio cultural, Regime Militar.

Em *Andando na cidade*², Michel de Certeau (1994) se dedicou em abordar a história do cotidiano urbano, no qual enfatiza a relação dos sujeitos com o espaço, conceito que define acerca do lugar construído através das práticas culturais. Abandonando a perspectiva de observar a cidade de maneira distante, do alto de um edifício, o historiador, filósofo e linguista propõe percebê-la por meio dos pedestres, ou seja, na medida em que as práticas são vivenciadas pelo ato de caminhar em um determinado lugar, ocorre a (re) apropriação espaço urbano pelos seus usuários, os (re) significando ao passo que os constrói. E continua:

¹ Graduado em história pela Una e Mestre em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

² O artigo foi traduzido por Anna Olga de Barros Barreto e publicado na Revista do Patrimônio Histórico e Artístico do IPHAN em 1994, a obra de Michel de Certeau sobre o cotidiano foi toda traduzida e publicada com o título: *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Utilizamos também o segundo volume *A invenção do cotidiano: morar e cozinhar*, no qual o capítulo *Os fantasmas da cidade* Certeau se debruça em analisar a relação cotidiana com o espaço patrimonializado das cidades na contemporaneidade.

A história começa no nível do chão, com passos. São miríades, mas não compõe uma série. Não se pode contá-los porque cada unidade tem um caráter qualitativo: um estilo de apreensão tátil e apropriação quinestética. (...) Suas trilhas entrelaçadas dão sua forma aos espaços. Eles tecem lugares em conjunto, a esse respeito, os movimentos pedestres formam um desses “sistemas reais cuja existência de fato constrói a cidade”. Não os localizamos; ou melhor, são eles que se espacializam” (CERTEAU, 1994, p. 28).

Segundo tal premissa elucidada por Certeau (1994, 2003) podemos dizer que o espaço urbano vem sendo construído por aqueles que nele caminham, ocupam, significam e manifestam suas mais variadas práticas culturais, ou ainda, que os praticantes de uma cidade não são estáticos, permanecem, se alteraram, recebem novos, perdem antigos. Nesse sentido, ao direcionar nosso olhar para uma dada cidade, um bairro, uma praça ou uma rua devemos ir mais além da cultura material que ali foi fabricada, buscando compreender naquele dado lugar as continuidades e descontinuidades do espaço urbano que ali se construiu historicamente.

Esta leitura certauniana sobre os ordinários (grupo que vive a cidade a margem da fronteira dos processos políticos), prioriza a análise da resistência desses grupos. Desse modo, diante das *estratégias*, políticas e institucionais, esses praticantes se utilizam das *táticas* para resistir nesses embates geradas pelas relações de poder. Tal como a *estratégia* do Governo da Bahia e da Mídia conservadora (impressa) em construir uma imagem negativa dos moradores do Pelourinho, para justificar um processo de gentrificação³.

No centro antigo de Salvador outrora, como é sabido e amplamente divulgado pelo discurso patrimonial, residia à elite colonial luso-brasileira, que aqui se instalou desde o século XVI na capital da Colônia. Contudo, nos anos posteriores a mudança da capital para o Rio de Janeiro inicia um processo de migração das famílias tradicionais para demais regiões de Salvador, especialmente no final do século XIX. Abandonado, nas décadas seguintes novos moradores ali se instalaram, uma população pobre e negra que trouxe novas práticas culturais, se inserindo na historicidade das ruas, ladeiras e becos do Centro Antigo de Salvador.

³ Para ler mais sobre este conceito ver Jeudy (2005). Esse autor descreve o processo de expulsão de moradores de uma determinada região urbana pelo poder público, quando esta passa a ser valorada como patrimônio cultural. Este processo ocorreu em alguns centros históricos no Brasil, inclusive em Salvador.

Para Certeau a escrita da narrativa histórica é uma operação que se dá com a presença (escrita) de uma ausência (passado) ⁴. Seguindo seus preceitos historiográficos a escrita do passado do Pelourinho não se restringe aos grupos que fabricaram a cultura material ou que espacializaram suas ruas, becos e praças em tempos coloniais, a história do Pelourinho é também a história dos que se apropriaram e construíram com suas práticas um novo espaço.

Nesse sentido, propomos nesse texto apresentar duas narrativas sobre os praticantes do centro histórico de Salvador entre as décadas de 1960 e 1980.

A primeira consiste na narrativa dos jornais da Bahia entre os anos de 1967 e 1989 sobre o Pelourinho, evidenciando que em duas décadas os referidos enunciados homogeneizaram a imagem do morador do bairro como prostitutas, homossexuais, usuários de drogas, traficantes e vagabundos. Em suma, eram intrusos que viviam em meio ao patrimônio cultural nacional, um empecilho para a revitalização que faria do centro antigo de Salvador à cidade histórica mais visitada da América do Sul⁵.

Em um segundo momento analisaremos o olhar do cineasta Miguel Rio Branco sobre o Pelourinho no documentário “Nada levarei quando morrer aqueles que me devem cobrarei no inferno” produzindo em 1981 no entremeio do discurso proferido pelos jornais sobre o bairro. Deste modo, intentaremos compreender as similaridades e diferenças de sua narrativa frente ao discurso institucional e midiático.

Em 1970, no I Encontro de Governadores em Brasília teve início as discussões e apresentações de medidas para a preservação do patrimônio artístico, arqueológico e natural de todo o país. O evento teria uma segunda edição um ano depois, em Salvador. Nas duas ocasiões, muitas reivindicações partiram dos estados pela preservação de seus respectivos patrimônios, uma vez que nas primeiras décadas a política de preservação e de tombamento havia se concentrado em Minas Gerais (FONSECA, 1997).

Segundo Fonseca (1997) o Encontro dos Governadores foi uma sugestão do então Ministro da Educação e Cultura, Jarbas Passarinho – político próximo a Soeiro,

⁴ A operação historiográfica é uma tentativa de apreender a história como uma relação existente entre um lugar social, procedimentos científicos e a construção de uma escrita (CERTEAU, 2010, p. 66).

⁵No relatório Michel Parent classificou Salvador com o maior potencial turístico das cidades históricas brasileiras.

ambos eram paraenses – que defendia a preservação do patrimônio nacional partilhada entre o governo federal e os estados. Desta maneira, diversas questões foram apresentadas nos encontros, entre elas o comprometimento dos estados para a criação de órgãos estaduais de proteção do patrimônio regional, descentralizando, desta forma, as ações de preservação do patrimônio.

Em meio a essas reivindicações para a preservação do patrimônio de diversos estados do país, um nome se destaca por seu discurso regionalista e como protagonista desse encontro: o governador da Bahia, Antonio Carlos Magalhães. A trajetória política de ACM teve início antes mesmo do período militar, mas foi durante o Regime de 1964, que ele se projetou nacionalmente. Ainda em 1967, foi nomeado, pelo então governador da Bahia, Luis Viana Filho, para assumir o cargo de prefeito da capital. Nesse período em que esteve à frente do executivo municipal foi homenageado pela Câmara dos Vereadores com o título de “Prefeito do Século”. Após ter exercido o cargo de prefeito de Salvador, nomeado em 1967, pelo então governador Luis Viana Filho, Antônio Carlos Magalhães recebeu da Câmara Municipal de Salvador o diploma de “Prefeito do Século” (PEREIRA, 2007, p. 74).

No seu estado, ACM (conforme ficaria conhecido posteriormente em todo o país) tornou-se um dos grandes defensores do regime militar, o que lhe proporcionou obter apoio do novo governo. Em 1971, foi eleito, de forma indireta, pelo presidente Emilio Garrastazu Médici, para assumir o Governo do Estado da Bahia, entre 1971 e 1975. Desse modo, segundo Carla Pereira (2007), a sua administração da prefeitura de Salvador proporcionou a Antonio Carlos Magalhães uma visibilidade nacional, sobretudo no partido governista do regime, a Aliança Renovadora Nacional (Arena), que defenderia sua indicação para o Governo do Estado da Bahia em 1971 (PEREIRA, 2007).

Diante do projeto desenvolvimentista do Brasil pelos militares, Antonio Carlos Magalhães conduz a Bahia em tal perspectiva, ocorrendo assim, grandes investimentos para o estado, sobretudo na área industrial, com a criação do Pólo industrial de Aratú (PEREIRA, 2007). Assim como para o governo federal, a cultura foi outro setor na qual o governo baiano deveria proporcionar grandes passos. Durante o II Encontro dos Governadores, seu governo apresentou um conjunto de investimentos nessa área para o estado.

Estas reivindicações surgem como desdobramentos de ações como a visita de Michel Parent a Salvador, em 1967, representante da Unesco que veio ao Brasil a pedido do IPHAN. Este autor a considerou a “cidade de arte brasileira” e o mais expressivo centro histórico brasileiro, a comparando a Toledo, Espanha.

Ainda em 1967, quando a criação da Fundação do Patrimônio e Artístico Cultural (FPAC) estava em processo, o Jornal da Bahia publicava “Pelourinho: um sonho vai a Paris e pode voltar transformado em dólares”, no qual explicitava o entusiasmo dos políticos baianos, – em anos de Regime Militar – com as promessas de investimentos estrangeiros direcionados ao Centro Histórico de Salvador.

O governador Luiz Viana Filho e o prefeito Antônio Carlos Magalhães estão eufóricos com a evolução dos acontecimentos em relação ao Pelourinho. Ambos receberam, há pouco, cartas do Embaixador do Brasil junto à UNESCO, Sr. Carlos Chagas, na qual este lhes dá conta do progresso que o assunto vem tendo naquela entidade cultural internacional. Segundo o Embaixador Carlos Chagas, que na sua carta diz ter “queimados etapas”, para apressar a resolução do financiamento do Pelourinho, a opinião do Sr. Michel Parent é de que este “é o mais interessante e o único que pode, de imediato, obter auxílio federal⁶.

Em seguida, na mesma publicação é possível perceber que concomitantemente à visita de Michel Parent e a consequente criação da Fundação do Patrimônio e Artístico Cultural⁷ se instaura discursivamente a preservação, revitalização, espetacularização e gentrificação do centro antigo de Salvador, processo que décadas depois expulsaria a população que ali se instalou desde o fim do século XIX.

Como destacou Michel de Certeau, quando se museifica uma cidade e preservam seus objetos urbanísticos “faz passar esses objetos de um sistema de prática a outros. (...) subtrai a usuários o que apresenta a observadores” (CERTEAU, 2002, p. 195), encontramos nesse momento o início dos discursos que alteraria o uso e os praticantes do espaço urbano do centro histórico de Salvador.

⁶Jornal da Bahia, texto escrito por Flávio Costa em 03 e 04/12/1967, (IPAC, 1997, p.20).

⁷Para Marcia Sant’anna (1995) o FPAC resultou das recomendações realizadas por Michel Parent quando esteve na Bahia.

Entre as primeiras providências estão o desvio do tráfego pesado do Pelourinho, a recomposição do calçamento do largo e das ruas de acesso, a implantação ou restauração de redes de esgotos, de fios elétricos subterrâneos, de canalização de água e a escolha dos prédios que deverão ser recuperados em futuro próximo para abrigar o Hotel de Turismo, restaurantes, bares, salas de exposição, cineminhas de arte, teatros de bolso, etc. Desta vez, pelo visto, a coisa vai mesmo⁸.

Nos anos seguintes o discurso enunciado pelos noticiários dos jornais baianos sobre o Pelourinho versaria sobre dois temas recorrentes: os investimentos e projetos do governo municipal, estadual e federal na preservação do centro histórico arruinado e sobre a degradação social e cultural que o bairro vinha sofrendo, denunciando a proliferação da violência, prostituição e tráfico de drogas causadas por aqueles que lá habitavam. Vale destacar que ambos os discursos, institucionais e midiáticos se corroboram em vários aspectos, notadamente quando defenderam que a expulsão dos moradores “degradados” seria a melhor solução para o Pelourinho.

“Vida, paixão e decadência do Pelourinho”

Crônicas de dores e grandeza. O desafio atual. O Pelourinho hoje é isso: habitat de desajustados sociais e de mariposas (prostitutas, grifo nosso). Amanhã poderá vir a ser um grande centro de irradiação de cultura⁹.

“Técnicos estão fazendo um estudo sócio-econômico na área Pelourinho-Maciêl”

Uma equipe de professores, alunos universitários e especialistas no assunto vem realizando anualmente, um levantamento sócio-econômico do Pelourinho – Maciêl (...) tendo á frente dos estudos o Prof. Vivaldo Costa Lima, Diretor do Patrimônio Artístico e Cultural. (...) No último levantamento realizado pela equipe do Patrimônio constaou-se que “a zona do Maciêl caracteriza-se, em relação à totalidade do Pelourinho, por sua degradação sócio-econômica, decorrente da localização do meretrício, em torno do qual gira a economia da área. (...) A promiscuidade e a degradação ali existentes

⁸ Jornal da Bahia, texto escrito por Flávio Costa em 03 e 04/12/1967, (IPAC, 1997, p.21).

⁹Jornal da Bahia, 14 e 15/12/1967 (IPAC, 1997, p. 143).

são facilmente comprovadas, uma vez que numa só casa convivem e trabalham prostitutas, famílias, operários e estudantes na mesma rua onde funcionam normalmente escolas primárias e secundárias, exigindo dos órgãos competentes a elaboração urgente dos planos de recuperação e solução dos problemas daquela área.

“Autoridades discutem problema da localização da zona do meretrício”

Conhecida como “mulheres de vida fácil” as meretrizes de diversas ruas do centro, vêm-se agora com um problema difícil, gerado pelo seu desalojamento dos locais que até então ocupavam (...). Locais onde a prostituição não existiam passam a ser antro de marginais. Proprietários de imóveis, casas, tornam-se proxenetas e o problema irá se alastrar por outras zonas onde residem famílias, quando o papel da polícia é justamente esse de combater o proxeneta, os exploradores das mulheres e, ao mesmo tempo zelar pela manutenção da um ambiente de ordem e decência¹⁰.

“Mariposas perambulando pelas ruas serão presas e terão as cabeças raspadas”

Homossexuais e prostitutas terão as suas cabeças raspadas a máquina zero caso sejam flagradas a partir do próximo dia 28 na prática do “trottoir” em vias públicas. A declaração foi do Delegado Orlando Barcelarda Jogos e Costumes que já iniciou aos vãos das mariposas¹¹.

“Pelourinho esconde toda a dor do povo sem sorte”

Nestas casas a dignidade humana chegou ao ponto crítico: seus moradores acostumaram-se a dividir os cômodos e a promiscuidade é a marca do conforto comum¹².

“Traficante presa com muitos tóxicos e seringa para pico”

Além de grande quantidade de maconha e “bolinhas” foram encontrados em poder de Laurentina uma seringa, 3 agulhas, um

¹⁰Jornal da Bahia, 20 e 21/04/1969 (IPAC, 1997, p.146).

¹¹Diário de Notícias, 26/07/1969 (IPAC, 1997, p. 148).

¹²Jornal da Bahia, 10 e 20/04/1970 (IPAC, 1997, p 153).

baralho e pequeno frasco que era utilizado pela mulher para moer ou comprimidos e injetá-los. Residia à Rua Gregório de Matos, 33¹³.

“Maciel vergonha de uma cidade”

A tradicional Igreja do Convento de São Francisco, cuja fama corre mundo, se debruça numa pequena praça em cujo centro ergue-se uma cruz. Chama-se Cruzeiro de São Francisco. E justamente ao lado desse pequeno monumento de fé cristã é que desemboca uma rua chamada Gregório de Matos, (...) Entrando por essa rua é que se chega ao coração do Maciel, o mundo sombrio da prostituição e do que crime que, estranhamente, vive e palpita no seio dessa cidade, (...). Zona tombada pelo Patrimônio Artístico e Cultural porque suas casas datam de longos anos e exibem restos de uma arquitetura colonial, são centenas de pardieiros na sua maior parte em ruínas, sujos, malcheirosos, com as paredes descansado, abrigando uma população totalmente marginalizada que, que afora um pequeno núcleo de pessoas muito pobres, se constitui de prostitutas, rufiões, criminosos e crianças – sim, crianças! – nascidas ali e fruto, que são, do comércio de sexo. (...) Suas precárias condições de vida não lhes permitem abandonar aquela zona infecta e o jeito é conviver com a escória¹⁴.

“Brigas de travestis”

Uma briga envolvendo travestis, ocorrida na noite de anteontem na Rua Gregório de Matos, deixou em estado grave no Pronto Socorro, F.J.P.S., 18 anos, Brigitte, que recebeu uma violenta canivetada na barriga desferida por outro travesti conhecido por Jane. A vítima foi levada para o Pronto Socorro pelo companheiro SS.¹⁵

Notamos ainda, que desde a fundação do Instituto do Patrimônio e Artístico Cultural (IPAC) houve um grande empenho do governo do estado e prefeitura em lograr investimentos para a revitalização do Pelourinho, entretanto, além dos recursos financeiros para as obras de restauro, o aspecto social era um dos obstáculos que mais pesava na intervenção pública no centro antigo de Salvador. Sobre esse assunto havia um importante debate nos institutos do patrimônio, a revitalização social era defendida por nomes como o Fernando Peres do IPHAN, posição que podemos observar no texto abaixo.

¹³Diário de Notícias, 25/10/1973 (IPAC, 1997, p. 158).

¹⁴ Diário de Noticias, 10/07/1977 (IPAC, 1997, p. 164).

¹⁵ Jornal da Bahia, 22/07/1977 (IPAC, 1997, p. 165).

“Pelourinho – uma questão política, a definição do patrimônio”

De nada adianta a apresentação de ricos projetos que o historiador Fernando Peres, do Patrimônio Nacional prefere chamar de planos – para a reestruturação do Pelourinho, se não existir uma coordenação entre os poderes municipal, estadual e federal. E a razão é simples: O Pelourinho é, hoje, mais uma questão social do que um problema de simples preservação histórica. E Peres – questiona: “De que adiantaria projetar – e isso significa algo que deve ser colocado em prática – se ignorarmos o lado humano da questão?” Para preservar a zona do Pelourinho, o tombamento foi importante. Mas, garante Peres, não o suficiente”¹⁶ Fernando Peres

Outros intelectuais, como Silva Teles defendiam a transferência dos moradores para outras regiões da cidade:

“Antes do relatório arquiteto vê Pelourinho”

O Professor Silva Teles, além de visitar esta capital, como arquiteto do IPHAN veio à Bahia como membro da banca examinadora do concurso realizado ontem para Professor Titular da Disciplina “Arquitetura no Brasil” (...) Para o professor Silva Teles a maioria dos moradores do Pelourinho constitui uma sub-população e, “pelo que se vai realizar, com o manejo da área, caberá aos Poderes Públicos providenciar a transferência daquele pessoal”¹⁷.

O documentário de Miguel Rio Branco “Nada levarei quando morrer aqueles que mim deve cobrarei no inferno” foi filmado no Pelourinho no início da década de 1980 e lançado em 1981, sua repercussão lhe rendeu “o prêmio de melhor fotografia no Festival de Cinema de Brasília e o Prêmio Especial do Júri e o Prêmio da Crítica Internacional no XI Festival Internacional de Documentários e Curtas de Lille, França, 1982”¹⁸.

Após cinco segundos de ter início à película narra:

¹⁶Correio da Bahia, 25/01/1979 (IPAC, 1997, p. 120).

¹⁷A Tarde, 19/05/1971 (IPAC, 1997, p.98).

¹⁸ Texto encontrado no site: <http://www.miguelriobranco.com.br/portu/biografia.asp>, onde se encontra a biografia de Miguel Rio Branco, acessado no dia 03/02/2014.

Ruas e casarões em ruínas surgem com crianças em meio a adultos; idosos sentados em calçadas; mulheres escoradas em paredes ou a frente das portas dos casarões; mulher trabalha atrás do balcão do Bar Estrupício; frequentadores com seus sorrisos expressivos; casais dançando a beira da calçada; animais sentados no bar; homens sentados na mesa do bar pela manhã; homens elegantes; jovens nuas com tatuagens no seio; corredores e quartos escuros; mulheres dançam no corredor ao lado de um cachorro; sobre as ruas de pedras moças caminham; lençol balançando em sacada de casarão com gemidos se confundindo com uma canção, uma jovem de seios expostos; a rua com casarões é focalizada e nela passam crianças caminhando e de bicicleta com adultos sentados e em pé nas calçadas; mulher come com uma mão enquanto com a outra segura uma coca-cola; muitos homens em pé nas esquinas; mais crianças pelas ruas; jovem grávida expondo sua barriga; fogueiras acendidas na rua cozinhando exalam fumaça; policiais militares sobem rua acompanhada por outro homem, enquanto outros os esperam; criança constrói um sorriso; brigas entre mulheres e brigas entre homens; novamente mulheres nuas; lixo queimando na rua; casarões desabados; cicatrizes; homem e mulher em atos sexuais com crianças e outros adultos assistindo; diversas mulheres nuas, ao fundo uma cantoria é ecoada; paredes, móveis e gemidos; atos sexuais; teto de igreja colonial; forro deteriorado; fiéis em uma igreja colonial; crânio humano; corpos com queimaduras; parede de igreja colonial dourada; jovem com a mão na cabeça; Por fim, enfoca-se no escrito da parede: *“Nada levarei quando morrer aqueles que mim deve cobrarei no inferno”*.

Logo no início do documentário é possível perceber que alguns aspectos dos moradores do Pelourinho apreendidos pelo artista, em seu documentário, não diferem dos sujeitos dos discursos dos jornais baianos. Assim como apontaram e condenaram, havia muitas crianças nos mesmos cortiços em que mulheres estavam despidas, e nos momentos que se simulou um ato sexual elas também estavam presente. Por alguns instantes a câmera se deteve em capturar conflitos entre moradores, seja entre mulheres e homens. Mulheres, das mais diversas estiveram predominantemente com seios à mostra, quando não eram mostradas mantendo uma relação sexual, estavam expostas nas ruas, não sendo possível concluir se prostituíam.

Contudo, além dessas similitudes citadas entre o Pelourinho narrado pelos jornais baianos e pelo documentário, há aspectos categóricos na diferente percepção do cineasta em relação ao discurso midiático, entre eles, o papel secundário da cultura material na obra cinematográfica, isto é, do patrimônio cultural. Se buscássemos uma categoria hierárquica da representação diríamos que o patrimônio cultural seria o ator

coadjuvante, os casarões em ruínas ou a igreja colonial com seu altar dourado – mostrada na parte final do documentário – não roubaram a cena.

A película contemplou os protagonistas do Pelourinho visto por Rio Branco: os moradores, que entre uma bebida e outra no Bar Estrupício e nas ruas enfumaçadas surgiam novos personagens, surgiam os últimos praticantes do Pelourinho. A exemplo do homem elegante parado na calçada, e o senhor que parecia sempre observar lentamente a filmagem e aqueles que passavam na rua.

Poderíamos acrescentar que Rio Branco se contrapondo aos jornais baianos tratou de observar o Pelourinho do chão, entre seus caminhantes, no instante em que estes “ordinários” o espacializava, tal como descreve Certeau (2003).

BIBLIOGRAFIA

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Ed. Vozes, 9ª ed. 2003.

_____. *A invenção do cotidiano: morar, cozinhar*. Ed. Vozes, 4ª ed. 2002.

_____. *A escrita da história*. 3ª Ed. 2010

_____. *Andando na cidade*, Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 21-31, n.23, 1994.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal da preservação no Brasil*. Rio de Janeiro; Editora UFRJ – Minc-IPHAN. 1997.

JEUDY, Henri Pierre. *Espelho das cidades*. Rio de Janeiro: Editora: Casa da Palavra, 2005.

PEREIRA, Carla. *Continuidade ou mudança? Análise comparativa entre os governos de Antônio Carlos Magalhães em 1971-1975 e 1991-1995*. Salvador, 2007, Dissertação de mestrado, Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

SANT'ANNA, Márcia. *Da Cidade-Monumento à Cidade-Documento. A Trajetória da Norma de Preservação de Áreas Urbanas no Brasil (1937-1990)*. Dissertação de Mestrado. Salvador: UFBA, dezembro de 1995, p. 153.

DOCUMENTOS

As Missões da Unesco no Brasil : Michel Parent. [tradução de Rejane Maria Lobo Vieira] organização e texto de Claudia Baeta Leal. – Rio de Janeiro: IPHAN, COPEDOC, 2008.

Secretaria da Cultura e Turismo. Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural. 30 anos do IPAC nos jornais. Salvador: IPAC, 1997. 352 p. Edição comemorativa.